

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais

UMA AMEAÇA AO BRASIL



**NÃO à
PEC
241**

**Que congela salários e serviços
públicos por 20 anos!**

Entenda o que é a PEC 241 e como ela pode afetar sua vida

INTRODUÇÃO

Mantendo a pressão e a vigília contra os ataques do governo aos direitos dos trabalhadores e o desmonte do serviço público no País, a Asfoc-SN alerta para a tramitação de uma das mais perversas Propostas feitas contra a população brasileira: a PEC 241. Com base em Seminário realizado pelo Sindicato, apresentamos a seguir a análise do diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, sobre o assunto. Ele não tem dúvidas. Caso a PEC seja aprovada, as consequências para o futuro do país serão “catastróficas”.

O governo de Michel Temer encaminhou ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/16, que, se aprovada, terá o condão de alterar o papel do Estado brasileiro. Ela determina que a expansão do gasto público não-financeiro nos próximos 20 anos não poderá ser superior à inflação.

A medida vem tramitando de forma atropelada e abrupta, sem um amplo debate com a sociedade, como deveria ocorrer com matéria de tamanho impacto social.

Apontamos a seguir algumas dessas possíveis consequências para ilustrar a gravidade dessa proposta, que atende integralmente aos interesses do mercado financeiro.

A PEC 241 e o papel do Estado brasileiro

CONSEQUÊNCIAS

1ª

Limitação ou o direcionamento do papel do Estado apenas para garantir o direito de propriedade, assegurar o cumprimento de acordos e honrar os compromissos com os credores das dívidas interna e externa, já que não poderá mais criar novos programas nem ampliar investimentos.

2ª

Retirada do controle do Poder Executivo, do Congresso e da sociedade sobre o tamanho do orçamento, que ficará automaticamente engessado por 20 anos, independentemente de haver crescimento econômico ou aumento de arrecadação.

3ª

Acirramento do conflito distributivo, com os diversos setores da sociedade lutando para ver quem perde menos com os cortes, considerando que a prioridade é economizar nas despesas de custeio e investimento para assegurar o pagamento dos encargos da dívida mobiliária.

4ª

Desmonte do Estado enquanto instrumento de prestação de serviços, com uma forte reforma administrativa voltada à desvalorização dos servidores, com corte de direitos e de reajustes, além da proibição de novas contratações, mediante a vedação de novos concursos públicos nos próximos 20 anos.

5ª

Inevitabilidade de uma reforma ou ajuste com viés fiscal na seguridade social e na educação, já que o congelamento não se sustenta sem um drástico corte de despesas na previdência e assistência social, na saúde e na educação.

QUAL O IMPACTO DO CONGELAMENTO DO GASTO FEDERAL COM SAÚDE PROPOSTO POR MEIO DA PEC 241 PARA O FINANCIAMENTO DO SUS?

- Desvinculação das despesas com aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) da receita corrente líquida
- Perda de recursos em relação às regras de vinculação das Emendas Constitucionais nº 29 e nº 86
- Redução do gasto público per capita com saúde
- Desobrigação de os governos alocarem mais recursos em saúde em contextos de crescimento econômico
- Provável aumento das iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde
- Dificuldades para a efetivação do direito à saúde no Brasil

Fonte: Fabiola Sulpino Vieira Rodrigo Pucci de Sá e Benevides

*- Doutora em saúde coletiva. Mestre profissional em economia da saúde. Farmacêutica. Membro da carreira federal de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Coordenadora de Estudos e Pesquisas de Saúde na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
- Mestre em saúde coletiva. Economista. Membro da carreira federal de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício na Coordenação de Estudos e Pesquisas de Saúde da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.*

NOTA TÉCNICA DO IPEA

OS IMPACTOS DO NOVO REGIME FISCAL PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL

IMPACTO NO SALÁRIO MÍNIMO

Precisamos entender que os impactos dessa Emenda serão em todas as áreas. Se ela existisse desde 2006, o salário mínimo que hoje é de R\$ 880, seria de R\$ 550, ou seja, não são só os serviços públicos que ficam ameaçados, todos os assalariados do país serão atingidos.



PREVIDÊNCIA

No caso da previdência e da assistência social, o maior programa de distribuição de renda do planeta, que é responsável pela paz social no Brasil, seu escopo teria sido reduzido drasticamente, não apenas para dificultar

o acesso a esses benefícios, mas também para desvincular suas prestações do salário mínimo, especialmente os benefícios assistenciais, cujo valor seria próximo do pago aos beneficiários do Bolsa-Família.

SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A POPULAÇÃO

Pode parecer terrorismo, mas a verdade é que o congelamento do gasto público obriga o corte de direitos dos atuais beneficiários para permitir o acesso a esses direitos de novas pessoas, afinal a população não para de crescer, as pessoas preenchem os requisitos para requerer aposentadoria, há demanda por mais saúde e educação e isso só será possível se houver aumento da despesa ou redução dos benefícios de quem já vinha usufruindo desses benefícios.

O raciocínio é simples. Se há um valor fixo, que já está comprometido com uma despesa, o atendimento a novos beneficiários só será possível se o valor que atende aos atuais for reduzido. Na

previdência, por exemplo, existe uma regra de reajuste que só continuará a ser aplicada se não houver nenhuma nova aposentadoria. Como novas aposentadorias surgirão, ou se aumenta o valor (o que a PEC proíbe) ou se suprime o reajuste. A última hipótese, combinada com o corte de direitos, é que será colocada em prática, segundo a visão do governo.

O governo fez uma opção política de não aumentar tributo dos mais ricos e economizar em cima dos mais pobres. Com a PEC 241, a prioridade é o pagamento da dívida, já que essa não está sujeita a nenhum tipo de congelamento. É simples assim.

Fonte: Antônio Augusto de Queiroz

Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap

Link: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/26284-a-pec-241-e-o-papel-do-estado-brasileiro>

COMO POSSO ME INCORPORAR NA MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 241?

Qualquer pessoa pode ajudar a pressionar os parlamentares para não aprovar esse absurdo que vai prejudicar toda a população e beneficiar os que já lucram muito:

- ▶ Converse com amigos, familiares e vizinhos sobre a matéria, explique que isso é um problema de todos nós, que todos precisam se unir
- ▶ Mande e-mail para os parlamentares – deputados e senadores – falando que é contra a aprovação da PEC 241 e que eles devem ouvir a população.
- ▶ Participe dos diversos Atos e Mobilizações em sua cidade, Estado, promovido pelas entidades sindicais e movimentos sociais.
- ▶ Entre no site naoapec241.com.br e assine a petição para aumentar a pressão popular